

ÍNDICE ANALÍTICO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

NOÇÕES PRELIMINARES

1. Interesse	3
2. Conflito de interesses	4
3. Direito objetivo	5
4. Relação jurídica	6
5. Sanções	7
6. Direito subjetivo; obrigação	7
7. Sujeitos e objeto da relação jurídica	8
8. Lide; pretensão	9
9. Processo	9

CAPÍTULO II

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

10. Processo	11
11. Direito processual	13
12. Divisões do direito processual	14
13. Direito processual civil	15
14. Caráter do direito processual civil	17
15. Autonomia do direito processual civil	18
16. Relações do direito processual civil com outros ramos do direito	19
17. Finalidade do direito processual civil	21

CAPÍTULO III

LEI PROCESSUAL

18.	Classificação das leis	23
19.	Leis processuais	24
20.	Natureza das leis processuais	26

CAPÍTULO IV

DAS LEIS PROCESSUAIS NO TEMPO E NO ESPAÇO

21.	O problema	29
-----	------------------	----

I

22.	Princípio da irretroatividade das leis	30
23.	O princípio da irretroatividade e as leis processuais	31
24.	As leis processuais no tempo	31
25.	Processos findos	33
26.	Processos a serem iniciados	33
27.	Processos pendentes	34

II

28.	Da lei processual no espaço	34
29.	Princípio da territorialidade das leis processuais	35
30.	Prova dos fatos ocorridos no estrangeiro	36
31.	Cooperação judicial internacional	36

CAPÍTULO V

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO CIVIL

I

32.	Introdução	37
33.	Processo romano	38
34.	Processo romano-barbárico	44
35.	Processo comum	46
36.	Código de Processo Civil francês	47
37.	Processo civil na Alemanha e Áustria	48

II

38.	O processo na Península Ibérica	49
39.	Processo português até a Independência do Brasil	50
40.	O processo civil no Brasil, durante o Império	51
41.	O processo civil na República, até a Constituição de 1934	53
42.	Da Constituição de 1934 aos dias de hoje	56

DA JURISDIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

CAPÍTULO VI

JURISDIÇÃO

43.	Funções do Estado	65
44.	Jurisdição	67
45.	Distinção entre as funções do Estado	69
46.	Tutela jurisdicional e modos de exercê-la	70
47.	Poderes compreendidos na jurisdição	71
48.	Princípios fundamentais da jurisdição	72

CAPÍTULO VII

ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO. JURISDIÇÃO CIVIL

49.	Unidade da jurisdição	73
50.	Espécies de jurisdição	74
51.	Jurisdição civil	76
52.	Jurisdição contenciosa	76
53.	Jurisdição voluntária	77
54.	Categorias dos atos de jurisdição voluntária	80
55.	Distinção entre jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	80

CAPÍTULO VIII

ÓRGÃOS DA JURISDIÇÃO

56.	Poder Judiciário — sua função específica	83
57.	Outras funções do Poder Judiciário	84
58.	Órgãos do Poder Judiciário	85
59.	Supremo Tribunal Federal	86
59-A.	Conselho Nacional de Justiça	86

60.	Superior Tribunal de Justiça	87
61.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	87
62.	Tribunais e Juízes do Trabalho	88
63.	Tribunais e Juízes Eleitorais	90
64.	Tribunais e Juízes Militares	91
65.	Tribunais e Juízes dos Estados	91
66.	Órgãos Federais e Órgãos Estaduais	92

CAPÍTULO IX

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

I

67.	Conceituação da matéria	93
68.	Conteúdo da organização judiciária	95
69.	Normas de organização judiciária	96

II

70.	Unidade ou duplo grau de jurisdição	96
71.	Composição dos juízos e tribunais	97
72.	Constituição da magistratura	98
73.	Escolha e nomeação dos juízes	98
74.	Ingresso e acesso na magistratura	101
75.	Órgão Especial do Tribunal de Justiça	103

III

76.	Independência do Poder Judiciário	104
77.	Independência jurídica do juiz	104
78.	Independência política do juiz	105
79.	Vencimentos dos juízes e vantagens pecuniárias	108
80.	Autogoverno da magistratura	109

CAPÍTULO X

ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

81.	Órgãos da Justiça Federal	111
82.	Supremo Tribunal Federal	112
82-A.	Conselho Nacional de Justiça	112
83.	Superior Tribunal de Justiça	114
84.	Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais	115

85.	Organização da Justiça do Trabalho	116
86.	Organização da Justiça Eleitoral	118
87.	Organização da Justiça Militar	119

CAPÍTULO XI

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

88.	Organização das justiças locais	121
88-A.	Alterabilidade das leis de organização judiciária	122
88-B.	Órgãos da justiça local de São Paulo	122
89.	Carreira da magistratura	122
89-A.	Comarcas, circunscrições, entrâncias, classificação dos juízes	124
89-B.	Distribuição dos juízes pelas comarcas	125
90.	Órgãos de segundo grau	125
91.	Tribunal de Justiça	125
92.	Tribunais de Alçada	127
93.	Justiça Militar do Estado	127

CAPÍTULO XII

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

94.	Ministério Público	129
94-A.	Evolução histórica	131
95.	Funções do Ministério Público	132
96.	Garantias do Ministério Público	133
97.	Organização do Ministério Público Federal	133
98.	Organização do Ministério Público do Estado de São Paulo	134
99.	Advocacia-Geral da União	136
100.	Advocacia e Defensoria Pública	136
100-A.	Da Defensoria Pública	137
100-B.	Da Defensoria Pública do Estado de São Paulo	138

CAPÍTULO XIII

AUXILIARES DA JUSTIÇA

101.	Órgãos principais e órgãos auxiliares	141
102.	Classificação dos órgãos auxiliares	142
103.	Os chamados órgãos do foro extrajudicial	144
104.	Auxiliares da justiça	145
105.	Órgãos de encargo judicial	147

DA AÇÃO

CAPÍTULO XIV

DA AÇÃO

106.	Ação, jurisdição, processo	151
107.	Natureza jurídica da ação	155
108.	Doutrina civilista	155
109.	Teoria de Muther	156
110.	Teoria do direito concreto à tutela	156
111.	Teoria da ação como direito potestativo	157
112.	Teoria da ação no sentido abstrato	158
113.	Ainda a teoria da ação no sentido abstrato: Betti	161
114.	Ainda a teoria da ação no sentido abstrato: Carnelutti	161
115.	Outras teorias	163
116.	Apreciação das várias teorias	164
117.	Conceito de ação	165

CAPÍTULO XV

ELEMENTOS DA AÇÃO

118.	Individualização das ações	169
119.	Importância do problema	171
120.	Partes	171
121.	Objeto da ação	171
122.	Causa de pedir	172
123.	Identificação das ações	173

CAPÍTULO XVI

CONDIÇÕES DA AÇÃO

124.	Conceito	175
125.	Condições da ação e pressupostos processuais	177
126.	Quais são	177
127.	Possibilidade jurídica	178
128.	Interesse de agir	178
129.	Qualidade para agir	179
130.	Carência da ação	179

CAPÍTULO XVII
CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES

131.	Plano do Capítulo	181
------	-------------------------	-----

I

132.	Classificação das ações quanto à providência jurisdicional	182
133.	Ações de conhecimento	184
134.	Ações meramente declaratórias	185
135.	Ações condenatórias	186
136.	Ações constitutivas	188
137.	Ações executivas	188
138.	Ações cautelares	190

II

139.	Outras classificações	190
140.	Ações quanto ao direito reclamado	191
141.	Ações segundo seu objeto	192
142.	Ações quanto ao seu fim	193

CAPÍTULO XVIII
CONCURSO E CUMULAÇÃO DE AÇÕES

143.	Distingções	195
------	-------------------	-----

I

144.	Concurso de ações	197
145.	Conceito e aplicação do concurso de ações	197
146.	A regra e as exceções	198

II

147.	Cumulação de ações	199
148.	Fundamento da cumulação de ações	199
149.	Espécies de cumulação	200
150.	Condições da cumulação de ações	200
151.	Momento da cumulação	201
152.	Ação de reconvenção	202

DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO XIX

COMPETÊNCIA. SEUS CRITÉRIOS DETERMINATIVOS

153.	Conceito de competência.....	205
154.	Competência interna e competência internacional	207
155.	Crítérios determinativos da competência	209
156.	Crítério objetivo.....	210
157.	Crítério territorial.....	212
158.	Crítério funcional.....	212
159.	Fontes normativas da competência.....	213

CAPÍTULO XX

DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA:

a) CRITÉRIO OBJETIVO

160.	Recapitulação.....	216
161.	Crítério objetivo.....	217

I

162.	Competência em razão da matéria	217
163.	Competência em razão da matéria do Supremo Tribunal Federal	217
164.	Competência em razão da matéria do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais	218
165.	Competência em razão da matéria dos tribunais locais de segundo grau	218
166.	Competência em razão da matéria dos juízes de primeiro grau, na Justiça Federal	220
167.	Competência em razão da matéria dos juízes locais de primeiro grau	220

II

168.	Competência em razão das condições das pessoas.....	222
169.	Competência em razão das pessoas, do Supremo Tribunal Federal	222

170.	Competência em razão das pessoas, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais	223
171.	Competência em razão das pessoas, dos tribunais locais de segundo grau	223
172.	Competência em razão das pessoas, dos juízes federais de primeiro grau	224
173.	Competência em razão das pessoas, dos juízes de primeiro grau, na justiça local	225

III

174.	Competência em razão do valor da causa	226
175.	Causas alheias à competência em razão do valor	226
176.	Da alçada no Estado de São Paulo	227

CAPÍTULO XXI

DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA:

b) CRITÉRIO TERRITORIAL

177.	Critério territorial	230
------	----------------------------	-----

I

178.	Competência territorial geral	230
179.	Foro	231
180.	Domicílio, residência	232
181.	Foro geral e foros supletivos do geral	234
182.	Pluralidade de réus e de domicílios	235
183.	Foro da sucessão	236
184.	Do foro nas ações contra o ausente	237

II

185.	Competência especial de foro	237
186.	Competência em razão da situação da coisa	238
187.	Competência especial de foro em razão da pessoa	239
188.	Foro competente nas ações contra o incapaz	239
189.	Foro competente da União e Territórios	239
190.	Foro competente das pessoas jurídicas e sociedades	240
191.	Foro competente nas ações de separação, divórcio e anulação de casamento	241
192.	Foro competente na ação de alimentos	241

193.	Competência de foro em razão dos atos ou fatos	242
194.	Competência para a ação de anulação de títulos extraviados ou destruídos	242
195.	Foro competente para a ação em que se exige o cumprimento de obrigação	243
196.	Foro competente para as ações de reparação de dano	243
197.	<i>Forum gestae administrationis</i>	244
198.	Foro competente para a arbitragem	244
199.	Foro do contrato	245

CAPÍTULO XXII

DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA:

c) CRITÉRIO FUNCIONAL

200.	Crítério funcional	247
201.	Competência funcional no plano horizontal	248
202.	Competência funcional no plano vertical	250
203.	Competência funcional	252

CAPÍTULO XXIII

COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA

204.	Noções introdutórias	253
205.	Distinção entre competência absoluta e competência relativa	254
206.	Distribuição das competências entre as absolutas e as relativas	257
207.	Particularidade da competência em razão do valor	258

CAPÍTULO XXIV

COMPETÊNCIA:

- a) PREVENÇÃO; b) CONEXÃO; c) CONTINÊNCIA;
 d) PRORROGAÇÃO DA COMPETÊNCIA;
 e) PERPETUAÇÃO DA JURISDIÇÃO

208.	Matéria do Capítulo	259
------	---------------------------	-----

I

209.	Prevenção	260
------	-----------------	-----

XVIII

II

210.	Conexão de causas	263
211.	Causas conexas	264
212.	Continência	266
213.	Efeito da conexão e da continência	267

III

214.	Prorrogação da competência	267
215.	Prorrogação tácita	268
216.	Prorrogação legal	269

IV

217.	Perpetuação da jurisdição	271
------	---------------------------------	-----

DO PROCESSO

CAPÍTULO XXV

DO PROCESSO

218.	Conceito de processo	275
219.	Objeto do processo	277
220.	Tipos de processo	278
221.	Natureza jurídica do processo	279
222.	Relação jurídica processual	280

CAPÍTULO XXVI

ATOS PROCESSUAIS

223.	Noções introdutórias	283
224.	Significados do vocábulo <i>ato</i>	285
225.	Conceito de ato processual	285
226.	Caracteres dos atos processuais	286
227.	Forma dos atos processuais	286
228.	Classificação dos atos processuais	291
229.	Dos atos das partes e sua classificação	291
230.	Dos atos dos órgãos jurisdicionais e sua classificação	292
231.	Dos atos dos auxiliares da justiça e sua classificação	294
232.	Termos processuais	296

233.	Forma dos termos	297
234.	Termos prejudiciais	299
235.	Termos de andamento	299
236.	Autos	300

CAPÍTULO XXVII

O TEMPO NO PROCESSO

237.	Noções introdutórias	303
238.	Princípio da paridade de tratamento	304
239.	Princípio da brevidade	306
240.	Do tempo no processo	306
241.	Princípios informativos da teoria dos prazos	309
242.	Princípio da utilidade	309
243.	Princípio da continuidade	312
244.	Princípio da inalterabilidade	312
245.	Princípio da peremptoriedade	314
246.	Princípio da preclusão	314
247.	Classificação dos prazos	315
248.	Contagem dos prazos	317
249.	Determinação do termo inicial	318
250.	Da verificação dos prazos e das penalidades	320

CAPÍTULO XXVIII

RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL

251.	<i>Iudicium</i>	323
252.	Relação jurídica processual	325
253.	Caracteres da relação processual	325
254.	Elementos da relação processual	327
255.	Sujeitos da relação processual	328

CAPÍTULO XXIX

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

256.	Constituição da relação processual	331
257.	Desenvolvimento da relação processual	333
258.	Pressupostos processuais	333

259.	Quais são os pressupostos processuais	334
260.	Inexistência de fatos impeditivos	335
261.	Subordinação do procedimento à lei	335

CAPÍTULO XXX

DO JUIZ. SEUS PODERES E DEVERES

262.	Do juiz	337
263.	Do juiz na relação processual	339
264.	Classificação dos poderes do juiz	340
265.	Poderes ordinatórios	342
266.	Poderes instrutórios	344
267.	Poderes finais	345
268.	Deveres do juiz	345

CAPÍTULO XXXI

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS REFERENTES AO JUIZ

269.	Pressupostos processuais referentes ao juiz	347
270.	Órgão jurisdicional	348
271.	Órgão competente	349
272.	Imparcialidade	349

CAPÍTULO XXXII

PARTES. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

273.	O problema do conceito de parte e sua importância	353
274.	Conceito tradicional de parte	355
275.	Conceito moderno de parte	356
276.	Nomenclatura	357
277.	Princípios atinentes às partes	358
278.	Substituição processual	359

CAPÍTULO XXXIII

PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS REFERENTES ÀS PARTES

279.	Quais são	361
------	-----------------	-----

I

280.	Capacidade de ser parte	362
------	-------------------------------	-----

II

281.	Capacidade de estar em juízo	363
282.	Quanto às pessoas naturais	363
283.	Absolutamente incapazes	364
284.	Relativamente incapazes	364
285.	Capacidade processual das pessoas casadas	366
286.	Representante judicial de incapazes; curador especial	367
287.	Intervenção do Ministério Público	367
288.	Falta de capacidade processual; conseqüências	368
289.	Capacidade processual plena	368
290.	Pessoas jurídicas	369
291.	Partes formais	369

III

292.	Capacidade postulatória	370
------	-------------------------------	-----

CAPÍTULO XXXIV

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL

I

293.	Representação	371
294.	Representação processual	374

II

295.	Capacidade postulatória	375
296.	<i>Ius postulandi</i>	376
297.	Titulares do direito de postular	377
298.	Mandato judicial	377

III

299.	Do advogado e da advocacia	380
300.	Ordem dos Advogados	382
301.	Deveres e direitos dos advogados	385